

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Eduardo Galvani



"TV Ghost" ©2010 Eduardo Galvani

FANTASMAS POLÍTICOS

"POLITICAL GHOSTS"

Florianópolis, Santa Catarina, 2018.

“The power of the powerless resides in their capacity to organize themselves and resist the irrational momentum of anonymous, impersonal, and inhuman power.”

Václav Havel

(Politics and Conscience, 1984.)

ABSTRACT: This essay constitutes a theoretical exercise with the aim to understand some characteristics of a mediatic and socio-cultural phenomenon that can promote and influence the constitution and dissemination of the person's public identity in the contemporary western democratic societies. For this, based on conceptual references of Sociology, Political Science and Philosophy, and with the perspective of these western societies where representative democracy is ruling, the analyzes seeks to show how certain conditions are established and interrelated in these societies so this phenomenon which I propose to call "political phantasmagory" may occur — and possible variations of its occurrence.

Keywords: *Media, Symbolic Interactionism, Politics, Representation, Phantasmagory*

RESUMO: Este ensaio constitui-se um exercício teórico na tentativa de compreender algumas características de um fenômeno midiático e sócio-cultural que pode influenciar e interferir na constituição e na disseminação da identidade pública das pessoas nas sociedades democráticas ocidentais. Para isto, a partir de alguns referenciais teóricos da Sociologia, da Ciência Política e da Filosofia, e com a perspectiva das sociedades ocidentais onde vigora o regime de democracia representativa, foram desenvolvidas algumas análises conceituais que buscam evidenciar de que modo se estabelecem e se interrelacionam nestas sociedades as condições para que este fenômeno que proponho chamar de "fantasmagoria política" possa ocorrer — e possíveis variações de sua ocorrência.

Palavras-Chave: *Mídia, Interação Simbólica, Política, Representação, Fantasmagoria*

INTRODUÇÃO

É no início da infância que começamos a perceber nossos primeiros momentos de auto-consciência, quando enxergamos nossas próprias mãos trêmulas, em imagens borradas, e então, em um momento inacreditavelmente sublime, entendemos que seus movimentos são passíveis de nosso próprio controle. Também na primeira infância aprendemos a controlar o foco do olhar, e iniciamos o processo psicológico de diferenciação dos nossos pais (ou criadores), entendendo quem é quem a partir de suas características visuais e biológicas mais básicas: as formas, os cheiros, as cores da pele e cabelos, os tons de voz, e etc. Com o passar dos anos, identificamos suas personalidades, as quais constituem-se basicamente pela combinação do temperamento e do caráter de cada um⁽¹⁾. Estas noções de autoridade, de diferenciação do “outro”, que desenvolvemos literalmente desde o berço, são as mesmas que durante todo o nosso processo de crescimento e de conquista da independência vamos aprimorando no sentido de orientar nossas interações sociais, de assimilar a realidade e o mundo social ao nosso redor.

Na humanidade, portanto, esta capacidade de diferenciação social é universal, apesar de complexa — quanto mais nos tornamos experientes na vida social, mais entendemos que a quantidade de aspectos e variáveis que participam da construção histórica da identidade de uma pessoa é praticamente infinita. Cada fato ou característica que conhecemos a respeito de tal pessoa soma-se ao conjunto de elementos que, para cada um de nós, formam a sua identidade. Logo, apesar de que a personalidade de uma pessoa pode estar imediatamente relacionada com a sua identidade (e vice-versa), é importante considerar algumas distinções fundamentais entre os conceitos de “personalidade” e de “identidade”: enquanto a “personalidade” é uma característica psicológica referente ao sujeito e constitui-se ao longo da sua vida a partir da combinação de atributos comportamentais (humor e caráter) indissociáveis da sua própria percepção, a “identidade” pode ser múltipla, pois enquanto aspecto social possui processo de constituição variável de acordo com os indivíduos ou contextos aos quais tal identidade se refere: pode ser “privada” (a identidade individual que cada um atribui a si mesmo), ou “pública” (a “Identidade Social”, conforme propõe o sociólogo Erving

Goffman), esta última constituindo-se de diferentes maneiras a partir da “montagem” de aspectos identitários em cada relação ou contexto social em que tal indivíduo interage. Claro, se convivemos com uma pessoa durante um período determinado de tempo (algumas horas, dias ou até anos), podemos supor ou estimar que a personalidade de tal pessoa é deste ou daquele jeito, mas jamais saberemos ao certo, pois apenas tal pessoa vivenciou absolutamente todas as experiências que lhe atribuem tal personalidade. Porém, baseados em características mais imediatas (aparência física, estilo de vida e comportamentos básicos), podemos facilmente atribuir uma “identidade” a alguém, enquanto “elemento diferenciador” ou “identificador”, mas cientes de que tal identidade também é “suposta”, pois reflete apenas os aspectos que conhecemos de tal sujeito. (No ensaio “Entrelaçamentos Simbólicos e a Noção de Identidade”, de 2015, busco caracterizar alguns tipos de interacionismos simbólicos que participam do fenômeno de constituição da identidade dos indivíduos).

SOBRE A FUNÇÃO ASSOCIATIVA DA MEMÓRIA

Tendo considerado esta distinção conceitual básica entre “personalidade” e “identidade”, sabemos agora da importância fundamental da noção de “identidade” para este ensaio, através do qual proponho algumas reflexões que nos permitam ampliar a compreensão sobre as influências que, através do fenômeno da “fantasmagoria”, determinados aspectos identitários de algumas pessoas exercem sobre outras. Para isto, consideraremos também algumas propriedades da memória, elemento fundamental da condição humana para que tal fenômeno da “fantasmagoria política” possa ocorrer. A memória humana é associativa⁽²⁾. Guardamos e resgatamos elementos, conceitos e experiências em nossas memórias ao associá-los com outros conceitos, elementos e experiências já memorizados, e assim, durante o nosso crescimento formamos as ideias e as noções que, combinadas entre si, formam a nossa própria concepção de realidade. Da mesma maneira, a ideia (identidade) que constituímos de alguém está sempre associada com aspectos identitários que representam determinados valores, ou elementos valorativos que por nós foram atribuídos a esta pessoa durante os momentos em que

vimos ou que vivenciamos alguma situação relacionada a ela. Além disso, uma única experiência pode nos fazer também associar de uma só vez à identidade de uma pessoa conjuntos de vários elementos valorativos, ou associações gerais básicas, sócio-culturais e previamente estabelecidas que por sua vez prefiguram antecipadamente uma determinada ideia (identidade) social de tal pessoa. Pessoas (ou *personas*) “públicas” geralmente têm uma identidade social formada por conjuntos de elementos valorativos previamente estabelecidos e difundidos, ora por elas mesmas, conforme seus próprios interesses, ora por outras pessoas ou pela mídia, quando estas a divulgam por algum motivo. Em virtude das possibilidades de manipulação midiática através do investimento em propagandas, estas identidades públicas que de alguma maneira podem ser planejadas pelos próprios indivíduos que as portam, podem coincidir ou diferir dos aspectos identitários reais de tais indivíduos, porém, quando tornam-se objetos de uma observação desprovida de senso crítico, as falsas identidades podem configurar-se na memória do observador como sendo reais. Daí o reconhecido fato de que quanto mais ingênua uma pessoa, mais suscetível será à manipulação de informações. Porém, mais emblemático do que o fato de uma pessoa isolada atribuir verdade a uma mentira também isolada, é quando transforma-se uma mentira em “fato social”, quando por exemplo uma quantidade suficiente de eleitores ingênuos, por atribuírem juntos veracidade à uma falsa identidade, elegem para determinado cargo público uma pessoa que teve sua identidade social forjada. Penso que durante este ensaio será ainda possível compreender alguns fenômenos que, infelizmente, ainda hoje em determinados contextos sociais parecem possibilitar que tal situação ocorra.

FANTASMAS POLÍTICOS

Conforme veremos mais adiante, a ideia de “identidades forjadas” tem algo a ver com o conceito de “Fantasmas Políticos”, à qual o título deste ensaio refere-se. Porém, a noção não restringe-se apenas a isto, pois abrange também o fenômeno de “fantasmagoria espontânea”, ou seja, situações em que aspectos valorativos da identidade dos indivíduos são difundidos sem a intenção ou o controle de alguém ou do próprio

indivíduo que porta tal identidade. Além disso, veremos também que, seja ele forjado ou espontâneo, um “Fantasma Político” pode não ser apenas depreciativo no sentido de transmitir uma imagem pejorativa ou moralmente deplorável de alguém, mas pode também ser profícuo, ao transmitir características exemplares e moralmente admiráveis daquele ao qual representa.

Assim, apesar de que pareça óbvio, é importante considerar também que o conceito de *fantasma* utilizado aqui não refere-se diretamente à ideia romântica e popular das “assombrações”, àqueles fantasmas do universo lúdico dos contos literários, das histórias de terror ou dos filmes de suspense, que associam tais entidades metafísicas e espirituais a pessoas ou outros seres já falecidos. A noção de *fantasmagoria* proposta aqui alude ao conceito do filósofo alemão Walter Benjamin, referente a uma condição em que, na modernidade, com o advento da divisão social do trabalho e a universalização da atividade comercial, objetificam-se determinadas relações humanas em função da produção e do consumo de mercadorias, de modo que os indivíduos envolvidos em tais relações pareçam atuar de forma “fantasmagórica”, enquanto desprovidos da consciência que em determinada instância, alheia a seus interesses imediatos, motiva tais relações — ou, em outras palavras, *alienados* de processos sociais que configuram e sustentam tais relações. Tal concepção deriva da tradição filosófica à qual pertencem os conceitos de *fetichismo da mercadoria*, do filósofo alemão Karl Marx, e de *reificação (coisificação) da consciência individual*, do filósofo húngaro György Lukács.

Portanto, os “Fantasmas” deste texto aludem inclusive a pessoas ainda vivas, quando observadas neste tipo de relação objetificada, e, principalmente, a “aparições” ou “manifestações” visíveis delas, mas a um aspecto e a um fenômeno específicos de tais imagens, conforme sugerido pelo também filósofo alemão Hans Belting⁽³⁾: “*uma entidade visual capaz de suscitar uma presença diante de uma ausência*”. Portanto, semelhante à esta proposição de Belting a respeito de tais características específicas da “Imagem”, o “Fantasma Político” pode então ser compreendido enquanto a imagem imediata da pessoa real ou uma “alegoria” sua, uma entidade imagética (imagem estampada,

impressa ou exibida em outro tipo de mídia qualquer) e/ou metafísica (as imagens “acústicas” da memória, das lembranças), essencialmente visual (embora possam manifestar-se também com características sonoras), de forma estática (foto, desenho, caricatura, etc.) ou em movimento (filme, vídeo, animação, etc.), e que transporta consigo uma alusão ou representação inevitavelmente incompleta (parcial ou inconsistente) das “essências políticas” de determinada pessoa.

Mas o que é a “essência política” de uma pessoa? “Política” é um conceito bastante amplo e complexo, assim, para fins metodológicos adotaremos a concepção que o sociólogo alemão Max Weber apresenta em “Ensaio de Sociologia - A Política como Vocação”, onde define “política” por *qualquer liderança independente em ação*. Neste sentido, a atitude política trata-se, portanto, de um modo de posicionamento, de uma atitude ou forma de ação perante as circunstâncias e situações impostos pela realidade social, influenciados por determinados fatores e características pessoais, que conduzem um ou mais indivíduos a uma posição de *exemplo* ou de *líder* perante outros indivíduos — seja em sentido positivo (moralmente aceito) ou negativo (moralmente condenável). Assim, a “essência política” de uma pessoa é vinculada à sua identidade e historicamente formada por meio de seus discursos e ações sociais que, em algum sentido, representam uma condição exemplar ou de liderança para os indivíduos que os interpretam.

Para aqueles que vivem em sociedades ocidentais organizadas prioritariamente por regimes democráticos representativos, apesar de que o aparato estatal seja bem mais complexo e constituído por muito mais lideranças políticas do que possa parecer, é mais comum associarem a ideia de “liderança política” imediatamente com determinados representantes eleitos de forma direta pela população, motivo pelo qual, mais do que outros membros do aparato estatal, as identidades públicas dos indivíduos ocupantes dos cargos eletivos com maior relevância política podem ser mais suscetíveis às influências dos “Fantasmas Políticos”, em virtude de sua maior visibilidade social.

Considerando que o conceito de “Fantasmas Políticos” trata-se de uma construção teórica baseada em tais realidades sociais (Estados constituídos por democracias representativas), para entender melhor que a importância simbólica dos ocupantes de determinados cargos eletivos está diretamente associada ao tipo de poder social que exercem, é interessante aprofundar um pouco mais a noção de “Política” sob esta ótica weberiana com suas concepções das relações de poder e de domínio do Estado — que apesar de terem sido observadas durante outro período histórico, parecem ainda regular algumas dimensões das relações políticas contemporâneas destas sociedades. Para Weber, existem três aspectos básicos que justificam o domínio do Estado: A autoridade do *“ontem eterno”*, isto é, dos *“mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo.”* É o que Weber considera o *“domínio tradicional exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora.”* Há a autoridade do *“dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal”*, ou seja, a *“dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual”*. É o *“domínio carismático”*, de acordo com Weber, *“exercido pelo profeta ou — no campo da política — pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou líder do partido político”*. Finalmente, há o *“domínio da legalidade”*, *“em virtude da fé na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras coletivas racionalmente criadas.”*. Neste caso, espera-se a obediência da população no cumprimento das obrigações instituídas. É o *“domínio exercido pelo moderno cidadão servidor do Estado e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham”*. (WEBER, 2014)

Percebemos então a importância fundamental dos poderes “tradicional” e “carismático” para as lideranças políticas que ocupam cargos eletivos, e de que modo estes tipos de poder político dependem inevitavelmente das “identidades públicas” de quem os detém: A tradição e o carisma de alguém consolidam-se ao longo do tempo de forma simultânea, análoga e completamente dependente ao processo de constituição de suas próprias identidades públicas.

Assim, apesar de que os atuais mecanismos democráticos de participação política são infinitamente mais complexos e competitivos do que a realidade observada por Weber, para compreender melhor a influência que a “tradição” e o “carisma” ainda exercem na “essência política” de alguém, basta considerar que, conforme avalia o cientista político britânico David Held,

A extensão da participação significa, inelutavelmente, a disseminação de associações políticas para organizar o eleitorado cujos interesses, na maior parte das circunstâncias (sendo exceções as emergências nacionais e guerras) são fragmentados e divididos. Uma pluralidade de forças sociais disputa maior influência sobre as questões públicas. Para obter esta influência, tais forças precisam mobilizar recursos, coletar fundos, recrutar seguidores e tentar ganhar pessoas para sua(s) causa(s). Mas ao se organizarem, elas se tornam dependentes daqueles que trabalham continuamente nos novos aparatos políticos. E, ao procurar ser eficientes, estes aparatos se tornam burocráticos. Os partidos podem ter como metas um programa “ideal” de princípios políticos, mas a menos que suas atividades se baseiem em estratégias sistemáticas para atingir o sucesso eleitoral, eles estarão condenados à insignificância. (HELD, p. 142).

Desta maneira, diante das tarefas de “mobilizar recursos”, “coletar fundos” e “recrutar seguidores” para atingir o sucesso eleitoral, é possível que, especialmente nos contextos onde a estrutura demográfica social é mais fragmentada em termos de faixas etárias, condições educacionais, econômicas e sociais, possam ainda haver partidos ou candidatos que, com a finalidade de atender determinados interesses políticos ou de qualquer outra natureza, vendo-se desprovidos dos poderes tradicional ou carismático, e sob a influência do ambiente competitivo das eleições, estejam dispostos a tentar “hackear” a realidade através de investimentos intensivos nos meios de comunicação ao seu alcance, onde podem forjar “fantasmas políticos” por meio de propagandas no intuito de montar narrativas ilusórias com a disseminação de informações escolhidas a dedo (vídeos, fotos e textos de momentos-chave e com apelo populista, por exemplo) que emulem identidades sociais fictícias para tais candidatos ou partidos. E assim, objetivando tais fins específicos e imediatos, candidatos podem parecer verdadeiros “fantasmas” — ou “mercadorias humanas” — ao converterem toda a amplitude da sua essência humana em uma mera imagem temporária e propagandística que sirva de meio

transmissor para determinada ideologia, proposta ou plataforma partidária. Mas mesmo que sejam capazes de iludir alguns por algum tempo, tais indivíduos demonstram também estarem iludindo a si próprios, lutando contra a insistência da verdade⁽⁴⁾ quando esta encontra seus meios de revelar-se através da contestação direta da oposição política ou da própria população eventualmente inconformada com tais enganações. Tais modalidades de manipulação e uso da imagem podem representar exemplos claros do fenômeno de fantasmagoria política não espontânea utilizada com intenções específicas, inclusive de estigmatização do "outro", conforme demonstrado em "Estabelecidos e Outsiders", (1965), onde o sociólogo alemão Norbert Elias desenvolve um estudo empírico sobre as relações de poder na pequena comunidade inglesa de Winston Parva, na qual identifica modos de manipulação das informações como instrumentos sociais de manutenção do poder político e econômico dos grupos então dominantes.

Nas sociedades contemporâneas com sistemas complexos e democráticos de governo, tais disputas políticas entre grupos sociais (partidos) pelo controle estatal e pela ocupação de cargos públicos de liderança, são motivadas prioritariamente pela noção de maximização do bem estar geral da população, conforme sugere Anthony Downs, economista americano especializado em políticas públicas, em "Uma Teoria Econômica da Democracia". Downs observa que os meios para atingirem tais objetivos podem variar — cada grupo ou partido tem sua própria concepção daquilo que mais importa maximizar em determinado momento naquela sociedade, e possui também sua própria proposta ou plano de governo para tais realizações — e os cidadãos eleitores, quando votam nas eleições ou quando participam em decisões sobre políticas públicas para escolher seus governantes ou decidir sobre a implantação de tais políticas públicas, decidem com base ora em informações mais completas, ora em informações parciais sobre os candidatos ou sobre as questões a serem decididas, daí a importância de compreender as possíveis influências dos "Fantasmas Políticos" no modo com que cada cidadão eleitor recebe e interpreta tais informações, e em consequência disto pode aderir a tais partidos, candidatos, políticas públicas ou decisões. Diante desta realidade podemos compreender que os "Fantasmas Políticos" assemelham-se aos "fantasmas" da

TV, aquelas imagens duplicadas e semi-transparentes, com aparência *quasi-metafísica*, produzidas por interferências ou ruídos na transmissão analógica que “distorcem” e alteram o som e a imagem da televisão, prejudicando seu entendimento ao fragmentar e assim alterar a configuração e o sentido original da informação. Conforme pressupõe Downs, toda informação é “calculada” e considerada pela racionalidade do eleitor na hora de suas decisões, então quando ocorre alguma “assimetria” ou interferência na distribuição destas informações, isto pode influenciar tanto nos resultados de uma eleição nacional quanto nos resultados de uma assembléia sobre a implantação de uma determinada política pública local, por exemplo. A citação de Václav Havel no início deste texto remete justamente a algo recorrente contra qual alguns movimentos e questionamentos legítimos e constantes promovidos pela sociedade civil têm contribuído incessantemente com o desenvolvimento dos instrumentos da democracia para governos mais justos e humanos em tais sociedades: o dilema do predomínio da razão instrumental alienada em determinadas situações ou dimensões sociais onde seria adequado haver ponderações filosóficas imanentes que fundamentassem e orientassem as decisões e ações, especialmente aquelas que incidem com maior ênfase sobre a coletividade.

É por isso que nos contextos sociais democráticos, onde a prática comunicacional e o acesso aos meios de comunicação são livres, algumas mídias podem tornar-se eventualmente meios para a propagação de discursos e identidades falsas ou pretensiosamente manipuladas. O filósofo Walter Benjamin avalia que:

A transformação do modo de exposição pela técnica da reprodução é visível também na política. A crise da democracia poder ser interpretada como uma crise nas condições de exposição do político profissional. As democracias expõem o político de forma imediata, em pessoa, diante de certos representantes. O Parlamento é seu público. Mas, com as inovações nos aparelhos de gravação, que permitem ao orador durante a sua fala ser ouvido por um número ilimitado de pessoas e, pouco depois, ser visto por um número ilimitado de pessoas, a exposição do político diante dos aparelhos passa ao primeiro plano. Com isso os parlamentos se atrofiam. Juntamente com o teatro, o rádio e o cinema não modificam apenas a função do intérprete profissional, mas também a função de quem se representa a si mesmo diante desses dois veículos de comunicação, como é o caso do político. O sentido dessa transformação é o mesmo no ator de cinema e no político, qualquer que seja a diferença entre suas tarefas especializadas. Seu objetivo é tornar “mostráveis”, sob certas condições sociais, determinadas ações de modo que todos

possam controlá-las e compreendê-las, da mesma forma como o esporte o fizera antes, sob certas condições naturais. Esse fenômeno determina um novo processo de seleção, uma seleção diante do aparelho, do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro e o ditador. (BENJAMIN, p. 183)

A amplitude da “aura política” de uma pessoa varia conforme o alcance público da sua “essência política” — quanto mais pessoas conhecerem a “essência política” de alguém, e quanto mais importante for o cargo, a posição ou a função social que ela ocupe na hierarquia de poderes de tal sociedade, maior será a amplitude da sua “aura política”. Portanto, entende-se que a dificuldade de controlar a influência dos “Fantasmas Políticos” pode variar conforme as dimensões da “aura política” de cada pessoa, e também conforme a configuração da realidade social onde eles se manifestam — quanto mais primitivos, centralizados e simples forem os sistemas de comunicação multi-direcional e de massa de uma determinada estrutura social, mais fácil será de controlá-los. Nas sociedades onde a estrutura governamental de participação democrática é mais complexa, a elevada gama de possibilidades de participação política faz com que uma quantidade maior de indivíduos exerçam ações efetivas na dimensão pública, e, conseqüentemente, percebam melhor a importância social da sua “aura política”.

Se as possibilidades de participação política variam de sociedade para sociedade, estas diferenças podem ser bem compreendidas a partir da análise de uma estrutura conceitual elaborada pelo filósofo e cientista político americano Archon Fung em *“Varieties of Participation in Complex Governance”*, onde organiza as principais formas de participação política com base em três princípios institucionais: a) Quem participa; b) De que maneira os participantes comunicam-se e decidem juntos; e c) De que modo as decisões tornam-se políticas de ações públicas. Fung avalia ainda que, ao solucionar questões de legitimidade, justiça e administração efetiva, estas premissas podem elevar a eficiência dos complexos processos democráticos por regularem as relações entre diferentes dimensões da participação em políticas públicas: desde os administradores públicos especializados em cada setor, até os representantes coletivos e os indivíduos da sociedade civil interessados em cada questão.

Portanto, se um “Fantasma Político” é também uma imagem (discurso, documento, ou mesmo um objeto que pertence ou pertenceu à pessoa) que em determinado momento ou situação desprende-se da pessoa real a partir de um recorte midiático e transita pela sociedade através das mídias de forma imprevisível, transportando consigo uma faceta da “aura política” da mesma pessoa, realizar a “gestão” desta “aura política” através da tentativa de controle dos próprios “Fantasmas Políticos” torna-se mais difícil nestes ambientes cada vez mais complexos de participação política. Esta dificuldade de controle é ainda potencializada em virtude do fato de que os “Fantasmas Políticos” transcendem a fronteira entre as dimensões pública e privada da vida social, e além disso podem propagar aspectos identitários das pessoas em “configurações mitológicas”. É esta variação de ocorrência do fenômeno de fantasmagoria política que tentaremos compreender melhor no próximo capítulo.

A CONSTRUÇÃO DO “MITO”

Entende-se que os “Fantasmas Políticos” não se manifestam apenas em relação a candidatos ou pessoas que já ocupam algum tipo de cargo governamental, eletivo ou não. Eles podem manifestar-se em relação a toda e qualquer pessoa que, em algum momento ou situação, correspondam à condição básica de “ser exemplar” (de forma positiva ou negativa) ou representar algum tipo de “liderança” (também em sentido positivo ou negativo). A “essência política” pessoal de cada pessoa emana através da “aura política” conforme cada uma destas situações vivenciadas em que torna-se “exemplar” ou “líder” em algum sentido (mesmo nas relações mais particulares, entre pais e filhos por exemplo), e a amplitude dos efeitos de atuação dos “Fantasmas Políticos” em relação a esta ou aquela pessoa também pode variar conforme o alcance da identidade pública (ou social) da pessoa em questão: quanto mais influente em determinada questão ou situação, mais ampla será sua “aura política”, portanto mais suscetível estará aos efeitos da fantasmagoria política — um artista prestigiado, um esportista campeão, um profissional de destaque em sua área, ou também um criminoso,

bandido ou larápio famosos e temidos, serão indivíduos obviamente mais suscetíveis às influências dos “Fantasmas Políticos” do que uma pessoa com influência social mais discreta.

O caráter mitológico da fantasmagoria política corresponde ao fato de que tanto a “identidade pública” (ou social), quanto a “essência política” e conseqüentemente a “aura política” de uma pessoa, constituem-se a partir de narrativas históricas “fractais”⁽⁵⁾, baseadas em relações coletivas e inter-subjetivas, narrativas que tornam-se conhecidas portanto não apenas por uma, mas por várias pessoas. Ora, todo “mito” tem por característica o fato de possuir aspectos ou elementos constitutivos que variam conforme a perspectiva de quem o transmite, e em virtude de sua inevitável incompletude simbólica, assim também são os “Fantasmas Políticos”.

Logo, é importante considerar que, ainda que determinada identidade pública seja constituída ao longo do tempo por um conjunto de valores subjetivos e inter-subjetivos, experimentados pelo indivíduo em suas relações sociais que o permitem demonstrar na dimensão pública a sua ética e a sua moral, a sua tradição e o seu carisma, — valores humanos fundamentais e suas formas de representação —, a educação familiar que reproduz sua própria tradição pode introduzir valores estéticos, éticos e morais que influenciam no caráter, ou seja, nas atitudes e posicionamentos diante das variadas situações. Assim, relações motivadas também pela tradição familiar são capazes de resgatar valores fundamentais que direcionam as escolhas “políticas” e pessoais de cada um: o consumo deste ou daquele produto ou artefato cultural; a presença ou ausência neste ou naquele lugar ou evento; o engajamento ou a indiferença nesta ou naquela questão social — caracterizam tipos de apropriações identitárias que “movem” ou “deslocam” a fantasmagoria de sua identidade pública e de sua aura política em determinados sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao analisar o fenômeno da fantasmagoria política, seus principais aspectos e algumas variações de sua ocorrência, compreendemos possíveis modos com que determinadas características da trajetória individual de uma *persona* pública — das suas relações entre o universo social real e suas “utopias” pessoais que tenham possíveis influências na construção e na popularização da sua “identidade pública” — identifiquem-se a fatores sociais que condicionam sua pregnância fantasmagórica, ou, em outras palavras, que estabelecem e regulam as condições de difusão da sua “aura política” e identitária. Ou seja, ficou mais claro de que modo as influências mútuas entre a personalidade e a trajetória histórica das relações sociais traduzem-se na constituição da identidade de uma *persona* pública. Também compreendemos melhor o fato de que quanto maiores a relevância política e a amplitude midiática de um determinado “entrelaçamento simbólico” que ocorre entre um fato social político (evento, causa ou movimento social, etc.) e a identidade pública de uma determinada pessoa, mais peso simbólico este entrelaçamento exercerá dali em diante na constituição mitológica ou na fantasmagoria da aura política de tal pessoa, de modo que, dependendo desta relevância e amplitude políticas de tal entrelaçamento, e independente do sentido moral em que apontam, suas influências fantasmagóricas poderão perdurar por anos, décadas, séculos ou mesmo milênios.

Entendemos também que uma das principais formas de manutenção dos poderes tradicional e carismático em uma sociedade é a reprodução midiática de discursos, acontecimentos ou realizações onde a figura de tal pessoa detentora de tais poderes apareça com frequência associada a importantes fatos históricos sociais e culturais de diversas naturezas em sentido moralmente positivo. É por isso que, ao ampliar a participação na “vida pública”, a pregnância fantasmagórica também se amplifica, e com o passar do tempo, tal *persona* pode constituir-se parte de determinada tradição, ou mesmo tornar-se uma espécie de “mito” na cultura ou na cosmologia local. Entretanto,

diferente das sociedades antigas ou primitivas onde os mitos de um modo geral possuem origem fantasiosa e persistem inalterados por anos, séculos ou até milênios, quando se trata de um “mito real”, os meios imediatos de comunicação permitem acompanhar mais de perto o desenrolar de sua história, e assim podem promover o aceleração das etapas mitológicas: O surgimento, a expansão, a transfiguração, a decadência, a morte e a eternização de um mito podem ocorrer em um intervalo de anos, semanas ou mesmo dias.

Para entender um pouco mais sobre os efeitos da influência da fantasmagoria política nas construções mitológicas, é importante considerar também os possíveis diferentes modos de apropriação e edição que as tecnologias atuais de informação permitem fazer da imagem ou da identidade pública de uma determinada *persona*, e as conseqüentes distintas versões das narrativas e discursos proferidos a seu respeito, tanto pela mídias oficiais quanto pelos meios de comunicação populares, que interferem de forma direta na ideia ou concepção geral que se possa ter de determinada *persona*.

Além disso, parece claro que o efeito fantasmagórico tem a ver com uma relativa distância entre o intérprete e aqueles aos quais tais “fantasmas” representam, mas esta distância tende a ser mesmo meramente espaço-temporal, pois, exceto quando são gerados por manipulação intencional, tais fantasmas promovem “aproximações conceituais” por meio de associações memorativas que tendem a representar valores legítimos, genuínos e autênticos atribuídos a quem representam. E ainda, é importante considerar que apesar de que os fenômenos fantasmagóricos predominem nas mídias imagéticas que suportam tais aparições, eles também manifestam-se em meios exclusivamente sonoros, com a difusão de discursos orais das pessoas representadas através do rádio ou de outros dispositivos de áudio, por exemplo.

Por fim, se quando bebês enxergamos as próprias mãos desfocadas e borradas, assim também nos parecem os “Fantasmas Políticos”: por mais nítidas e luminosas que sejam suas fotografias no outdoor ou nas imagens do avatar dos websites e das redes sociais

digitais, por mais qualidade técnica e estética que tenham seu conteúdo audiovisual institucional ou seu comercial promocional, o resultado destas exposições será sempre interpretado conforme as capacidades perceptivas, intelectuais e cognitivas, ou seja, pela consciência de cada espectador — e estas imagens icônicas, por mais completas que possam parecer, representarão o indivíduo a qual se referem de forma inevitavelmente simplificada e parcial. Talvez seja exatamente nesta transitoriedade simbólica e na impossibilidade de uma definição hermenêutica que resida todo o potencial político de tais fantasmas.

NOTAS:

- 1) Em “Temperamento Forte e Bipolaridade”, o psicólogo brasileiro Diogo Lara descreve o processo de formação da personalidade humana basicamente dependente de uma relação mútua entre o caráter (escolhas pessoais) e o humor (temperamento).
- 2) HASSOUN, M. H., Ed. *Associative Neural Memories: Theory and Implementation*. Oxford University Press, Oxford, U.K., 1993.
- 3) Hans Belting, em “Imagem, Mídia e Corpo”, conceitua a “imagem” enquanto uma entidade independente da mídia que a transporta, embora inevitavelmente vinculada à ela, e que esta entidade é capaz de “suscitar uma presença diante de uma ausência”. Ou seja, através da capacidade associativa da memória, a imagem nos possibilita “lembrar de algo ou de alguém” ao exercer a função fetichista que cria os vínculos com determinadas memórias.
- 4) Considerando as intermináveis discussões filosóficas sobre a noção de “verdade” (Nietzsche defende que a verdade é um mero ponto de vista, enquanto a lógica cartesiana propõe que a “certeza” é o critério da verdade), aqui presume-se, que apesar da natureza das limitações das percepções humanas, da eventual dificuldade de se obter a certeza sobre determinados fatos complexos, e da possibilidade de diferentes montagens e interpretações dos fatos reais, a verdade existe em relação direta com a facticidade, ou seja, a verdade ocorre quando não há qualquer discrepância ou contradição entre os fatos reais e aquilo que de algum modo se narra deles.
- 5) Em “A Invenção da Cultura”, o antropólogo estadunidense Roy Wagner propõe a noção de “Pessoa Fractal” como uma entidade (instituição, indivíduo, etc.) cujos aspectos identitários podem que variar conforme a perspectiva de quem a observa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

WEBER, Max. A política como vocação e profissão *in* Escritos Políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELD, D. Modelos de democracia. BH: Paideia, 1987.

FUNG, A. *Varieties of Participation in Complex Governance*. Special issue, Public Administration, 2006.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BELTING, Hans. Imagem, mídia e corpo: uma nova abordagem à iconologia. *Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia*, 2008.

GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Editora Guanabara, Quarta Edição, 2004.

LARA, Diogo. Temperamento Forte e Bipolaridade, Editora Saraiva, 2009.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica *in* Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, Volume 1. Editora Brasiliense, 1987.